

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	7
DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	15
DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	49
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	51
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	52

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	710.010.000
Preferenciais	0
Total	710.010.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	26.775	26.061
1.01	Ativo Circulante	15.315	14.756
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1	2
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	15.314	14.754
1.01.08.03	Outros	15.314	14.754
1.01.08.03.02	Creditos de partes relacionadas a receber	15.314	14.754
1.02	Ativo Não Circulante	11.460	11.305
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.460	11.305
1.02.01.03	Contas a Receber	7	7
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	11.453	11.298
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	11.453	11.298

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	26.775	26.061
2.01	Passivo Circulante	1.264	1.145
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	245	102
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	245	102
2.01.01.02.01	Salários a Pagar e Provisões	245	102
2.01.02	Fornecedores	276	279
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	276	279
2.01.03	Obrigações Fiscais	743	764
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	743	764
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	743	764
2.02	Passivo Não Circulante	230.092	208.071
2.02.02	Outras Obrigações	20.045	19.003
2.02.02.02	Outros	20.045	19.003
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	530	619
2.02.02.02.04	Partes Relacionadas	19.515	18.384
2.02.04	Provisões	210.047	189.068
2.02.04.02	Outras Provisões	210.047	189.068
2.02.04.02.04	Provisão para Perda de Investimentos	210.047	189.068
2.03	Patrimônio Líquido	-204.581	-183.155
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.03	Reservas de Reavaliação	3.666	3.666
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-366.924	-345.785
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	40.476	40.763
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.907	-1.907

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.165	-12.791	-11.702	-22.936
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-231	-547	-1.395	-2.338
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1	1	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-8	-8	-2	-22
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-9.927	-12.237	-10.305	-20.576
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-10.165	-12.791	-11.702	-22.936
3.06	Resultado Financeiro	70	107	-20	-23
3.06.01	Receitas Financeiras	91	155	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-21	-48	-20	-23
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-10.095	-12.684	-11.722	-22.959
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-10.095	-12.684	-11.722	-22.959
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-10.095	-12.684	-11.722	-22.959
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,014	-0,018	-0,02312	-0,04534

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-10.095	-12.684	-11.722	-22.959
4.03	Resultado Abrangente do Período	-10.095	-12.684	-11.722	-22.959

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-416	-2.204
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-447	-2.383
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	-12.684	-22.959
6.01.01.02	Resultado de Equivalencia Patrimonial	12.237	20.576
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	31	179
6.01.02.01	Outras Contas a Receber	0	120
6.01.02.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-109	19
6.01.02.03	Salários a Pagar e Provisões	143	40
6.01.02.04	Outras Contas a Pagar	-3	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	415	2.204
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1	1

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	44.429	-345.785	-1.907	-183.155
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-8.742	0	-8.742
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	44.429	-354.527	-1.907	-191.897
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-12.684	0	-12.684
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-12.684	0	-12.684
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-287	287	0	0
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	-287	287	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	44.142	-366.924	-1.907	-204.581

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	83.593	0	3.666	-115.485	44.919	16.693
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	83.593	0	3.666	-115.485	44.919	16.693
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-22.960	0	-22.960
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-22.960	0	-22.960
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	348	-348	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	348	-348	0
5.07	Saldos Finais	83.593	0	3.666	-138.097	44.571	-6.267

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-200	-1.588
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-200	-1.565
7.02.04	Outros	0	-23
7.03	Valor Adicionado Bruto	-200	-1.588
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-200	-1.588
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-12.080	-20.576
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-12.236	-20.576
7.06.02	Receitas Financeiras	155	0
7.06.03	Outros	1	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-12.280	-22.164
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-12.280	-22.164
7.08.01	Pessoal	347	773
7.08.01.04	Outros	347	773
7.08.01.04.01	Honorarios de Diretoria	347	773
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1	0
7.08.02.01	Federais	1	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	56	23
7.08.03.01	Juros	56	23
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-12.684	-22.960
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-12.684	-22.960

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	265.184	280.032
1.01	Ativo Circulante	80.620	85.716
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.021	345
1.01.03	Contas a Receber	40.097	41.352
1.01.03.01	Clientes	35.676	36.733
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.421	4.619
1.01.04	Estoques	16.139	17.920
1.01.04.01	Estoques	13.075	14.881
1.01.04.02	Adiantamento a Fornecedores	3.064	3.039
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.049	11.345
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.049	11.345
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	15.314	14.754
1.01.08.03	Outros	15.314	14.754
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	15.314	14.754
1.02	Ativo Não Circulante	184.564	194.316
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	65.778	64.321
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	12.592	11.317
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	12.592	11.317
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	53.186	53.004
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	50.254	50.242
1.02.01.09.04	Depositos Judiciais	2.134	1.701
1.02.01.09.05	Outras Contas a Receber	798	1.061
1.02.03	Imobilizado	118.605	129.814
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	118.605	129.814
1.02.04	Intangível	181	181
1.02.04.01	Intangíveis	181	181

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	265.184	280.032
2.01	Passivo Circulante	363.254	361.569
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.540	8.494
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.540	8.494
2.01.02	Fornecedores	27.438	34.849
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	27.438	34.849
2.01.02.01.01	Fornecedores	25.403	32.881
2.01.02.01.02	Fornecedores de Ativo Fixo	2.035	1.968
2.01.03	Obrigações Fiscais	290.501	275.046
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	12.603	15.275
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	12.603	15.275
2.01.05	Outras Obrigações	22.172	27.905
2.01.05.02	Outros	22.172	27.905
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	10.352	6.343
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	6.447	12.864
2.01.05.02.08	Faturamento Antecipado	2.904	4.106
2.01.05.02.09	Titulos Descontados	1.014	1.261
2.01.05.02.10	Cheques a Compensar	1.455	3.331
2.02	Passivo Não Circulante	106.723	101.801
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	9.301	9.701
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	9.301	9.701
2.02.02	Outras Obrigações	69.026	63.405
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	50.620	42.833
2.02.02.02	Outros	18.406	20.572
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	15.290	17.198
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	3.116	3.374
2.02.03	Tributos Diferidos	20.280	20.469
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	20.280	20.469
2.02.04	Provisões	8.116	8.226
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.116	8.226
2.02.04.01.05	Provisões para Contingencias	8.116	8.226
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-204.793	-183.338
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.03	Reservas de Reavaliação	3.666	3.666
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-366.924	-345.785
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	40.476	40.763
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.907	-1.907
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-212	-183

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	55.216	111.494	94.505	161.546
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-45.338	-91.583	-89.324	-155.080
3.03	Resultado Bruto	9.878	19.911	5.181	6.466
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.719	-19.024	-15.573	-30.822
3.04.01	Despesas com Vendas	-4.815	-10.326	-11.533	-18.741
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.210	-4.315	-3.862	-7.271
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	633	767	519	1.474
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.327	-5.150	-697	-6.284
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-841	887	-10.392	-24.356
3.06	Resultado Financeiro	-9.262	-13.583	-1.714	-3.677
3.06.01	Receitas Financeiras	3.087	4.337	5.932	7.941
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.349	-17.920	-7.646	-11.618
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-10.103	-12.696	-12.106	-28.033
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	367	5.041
3.08.02	Diferido	0	0	367	5.041
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-10.103	-12.696	-11.739	-22.992
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-10.103	-12.696	-11.739	-22.992
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-10.095	-12.684	-11.723	-22.960
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-8	-12	-16	-32
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,014	-0,018	-0,02314	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-10.103	-12.696	-11.739	-22.992
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-10.103	-12.696	-11.739	-22.992
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-10.095	-12.684	-11.723	-22.960
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-8	-12	-16	-32

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.857	-40.397
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.586	-13.600
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	-12.684	-22.960
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	3.223	3.271
6.01.01.03	Provisão (Reversão) para Risco de Crédito	429	596
6.01.01.04	Encargos Financeiros s/ Empréstimos	1.166	1.640
6.01.01.05	Outros Resultados Abrangentes	5.292	3.885
6.01.01.06	Participações de Minoritários	-12	-32
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4.443	-26.797
6.01.02.01	Variação Clientes	628	-38.627
6.01.02.02	Variação Estoques	1.806	-13.718
6.01.02.03	Variação Adiantamento a Fornecedores	-25	-1.000
6.01.02.04	Variação Impostos a Recuperar	3.284	-6.916
6.01.02.05	Variação Outras Contas a Receber	461	-4.320
6.01.02.06	Variação Depósitos Judiciais	-433	-284
6.01.02.07	Variação Fornecedores	-7.478	16.607
6.01.02.08	Variação Fornecedores de Ativo Fixo	67	-2.282
6.01.02.09	Variação de Faturamento Antecipado	-1.202	7.361
6.01.02.10	Variação de Impostos, taxas e Contribuições	8.065	1.299
6.01.02.11	Variação de Salários a Pagar e Provisões	2.046	2.649
6.01.02.12	Variação de Adiantamento de Clientes	4.009	8.389
6.01.02.14	Variação de Outras Contas a Pagar	-6.675	4.045
6.01.02.17	Variação de Provisão para Contingências	-110	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-771	-1.262
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-771	-1.262
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-410	41.159
6.03.01	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-4.238	-2.036
6.03.03	Variação em Partes Relacionadas	5.951	39.370
6.03.04	Titulos Descontados	-247	3.066
6.03.05	Saques Negociados	0	759
6.03.07	Variação Cheques a Compensar	-1.876	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	676	-500
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	345	553
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.021	53

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	44.429	-345.785	-1.907	-183.155	-183	-183.338
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-8.742	0	-8.742	0	-8.742
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	44.429	-354.527	-1.907	-191.897	-183	-192.080
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-12.684	0	-12.684	-29	-12.713
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-12.684	0	-12.684	-29	-12.713
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-287	287	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	-287	287	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	44.142	-366.924	-1.907	-204.581	-212	-204.793

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	83.593	0	3.666	-115.485	44.919	16.693	13	16.706
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	83.593	0	3.666	-115.485	44.919	16.693	13	16.706
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-22.960	0	-22.960	-32	-22.992
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-22.960	0	-22.960	-32	-22.992
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	348	-348	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	348	-348	0	0	0
5.07	Saldos Finais	83.593	0	3.666	-138.097	44.571	-6.267	-19	-6.286

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

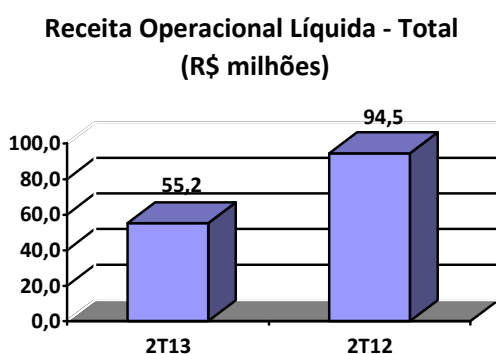
Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	119.426	164.757
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	119.543	170.162
7.01.02	Outras Receitas	312	-4.810
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-429	-595
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-76.340	-154.472
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-52.514	-114.046
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-23.826	-40.426
7.03	Valor Adicionado Bruto	43.086	10.285
7.04	Retenções	-3.223	-3.270
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.223	-3.270
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	39.863	7.015
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.339	7.941
7.06.02	Receitas Financeiras	4.337	7.941
7.06.03	Outros	2	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	44.202	14.956
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	44.202	14.956
7.08.01	Pessoal	30.925	22.755
7.08.01.01	Remuneração Direta	24.352	18.249
7.08.01.02	Benefícios	4.362	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.211	0
7.08.01.04	Outros	0	4.506
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.694	3.574
7.08.02.01	Federais	2.942	3.574
7.08.02.02	Estaduais	4.752	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	18.279	11.619
7.08.03.01	Juros	17.928	11.619
7.08.03.03	Outras	351	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-12.696	-22.992
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-12.684	-22.960
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-12	-32

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Companhia, através de sua Controlada Indireta Companhia Minuano de Alimentos, obteve receita líquida de R\$ 55,2 milhões no 2T2013, redução de 58,4% em relação ao mesmo período de 2012. Essa redução está relacionada ao encerramento das operações de abate e comercialização de carne de aves junto a Agostinho Carrer Participações Ltda, ocorrida no mês de agosto de 2012, conforme fato relevante informado ao Mercado em 09 de agosto de 2012. Essa operação iniciou no mês 12/2011 e se encerrou em 08/2012.



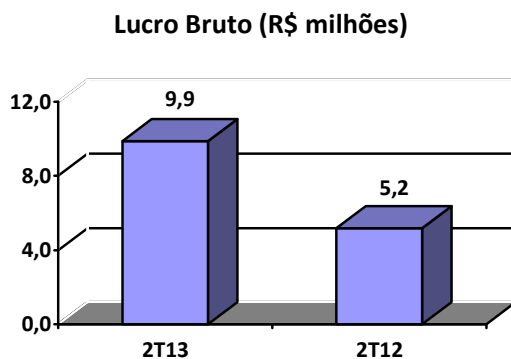
	Mercado Interno	Mercado Externo	TOTAL
	<u>2T2013</u>	<u>2T2013</u>	<u>2T2013</u>
Produção Própria			
Aves abatidas (cabeças-mil)	3.794		3.794
Industrializados de Carnes (ton)	1.319	2.144	3.463
Carne de Aves (ton)	331	4.948	5.279
CMS e Farinhas (ton)	3.437	988	4.425
Produção para Terceiros			
Aves abatidas (cabeças-mil)	10.878		10.878
Produção Rações (ton)	63.483		63.483
Produção Pintos (un-mil)	13.727		13.727

LUCRO BRUTO

O lucro bruto consolidado da Minupar totalizou R\$ 9,9 milhões no 2T2013, equivalente a 17,9% da receita operacional líquida e no 2T2012 o lucro bruto totalizou R\$ 5,2 milhões, equivalente a 5,5% da receita operacional líquida, o que representa uma melhoria de R\$ 4,7 milhões ou 12,4p.p. A melhoria de performance está relacionada principalmente a melhores margens obtidas nos segmentos de carnes de aves alavancados pelos preços

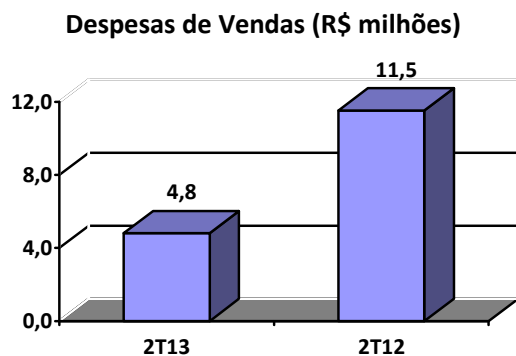
Comentário do Desempenho

no Mercado Externo e dos industrializados no mercado interno, comparado ao segundo trimestre de 2012.



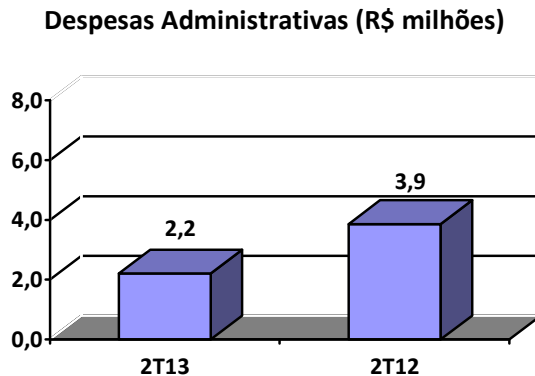
DESPESAS DE VENDAS E ADMINISTRATIVAS

As despesas com vendas reduziram de R\$ 11,5 milhões no 2T2012 para R\$ 4,8 milhões no 2T2013, equivalentes a 12,2% e 8,7% respectivamente da receita operacional líquida.



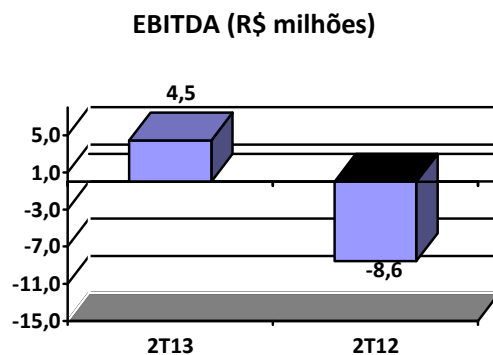
As despesas gerais e administrativas reduziram de R\$ 3,9 milhões no 2T2012 para R\$ 2,2 milhões no 2T2013, equivalentes a 4,1% e 3,9% respectivamente da receita operacional líquida. Essa redução está principalmente relacionada a adequação da estrutura administrativa à nova realidade operacional da Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos e da Controladora.

Comentário do Desempenho



EBITDA

O EBITDA consolidado da Companhia no 2T2013 foi de R\$ 4,5 milhões ou 8,1% da receita líquida e no 2T2012 foi de R\$ 8,6 milhões negativos ou -9,1% da receita líquida, o que representa uma melhoria de 17,2p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior. A melhoria de performance está relacionada principalmente a melhores margens obtidas nos segmentos de carnes de aves alavancados pelos preços no Mercado Externo, melhores margens na venda de produtos industrializados no mercado interno e redução das despesas administrativas e comerciais, conforme visto nos comentários acima.



Relacionamento com os Auditores Externos

No decorrer do segundo trimestre de 2013, nossos Auditores Independentes não tiveram nenhum outro contrato de serviços com esta Companhia e suas Controladas. Em atendimento aos normativos emanados pela CVM a Companhia efetuou para o exercício de 2013 o rodízio de seus Auditores Independentes, conforme oportunamente divulgado ao mercado através do formulário cadastral e de referência.

Comentário do Desempenho

Agradecimentos

Manifestamos nossos agradecimentos pelo apoio e confiança recebidos de nossos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e a dedicação de nosso quadro de colaboradores.

Lajeado (RS), 31 de julho de 2013.

A Administração.

Notas Explicativas**MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DO TRIMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013
(em milhares de reais)****NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Minupar Participações S/A. “Companhia” tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos.

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos (Minuano) tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos de integração avícola, abate e processamento de carne de frango, produção de produtos industrializados a base de carnes e produção de rações, também atuando na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves. A comercialização dos produtos com marca própria, “Minuano” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados no Oriente Médio, Europa, Ásia, África e América do Sul e Central.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis trimestrais Individuais e Consolidadas do período de 30 de junho de 2013 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Diretoria autorizou a divulgação das demonstrações contábeis referentes ao segundo trimestre de 2013 em 31 de julho de 2013.

Notas Explicativas**NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS****3.1 Declaração de Conformidade****3.1.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas**

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3.1.2 Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade, exceto com relação a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, e conforme as IFRS seria custo ou valor justo. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

3.2 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2.2 Demonstrações Contábeis Individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos

Notas Explicativas

diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.6 Clientes

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No trimestre os saldos das Contas a Receber de Clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

3.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.8 Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

Notas Explicativas**3.9 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes**

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.10 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

3.11 Imobilizado

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/09, a Companhia e suas controladas, estabeleceram adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia e as suas controladas deverão efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

3.12 Intangível

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de ativos e passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

Notas Explicativas**3.16 Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos**

Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e os de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com Deliberação CVM nº 564/08.

3.17 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

3.18 Reconhecimento das Receitas de Vendas e de Serviços - Consolidado

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

Apresentamos a reconciliação da Receita Bruta para com a Receita Líquida consolidada:

	30/06/2013			30/06/2012		
	Mercado Interno	Exportação	Total	Mercado Interno	Exportação	Total
Receita bruta de produtos e serviços	66.986	57.047	124.033	80.482	93.390	173.872
(-) Impostos	(8.068)	-	(8.068)	(8.615)	-	(8.615)
(-) Devoluções	(821)	(3.650)	(4.471)	(712)	(2.998)	(3.710)
Receita líquida de produtos e serviços	58.097	53.397	111.494	71.155	90.392	161.546

3.19 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.20 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as

Notas Explicativas

possibilidades de recuperação; (b) vida útil, “*Impairment*” e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda, (d) o valor atual de obrigações de plano suplementar de aposentadoria depende de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas.

3.21 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**a) Controladora**

	30/06/2013	31/12/2012
Caixa	-	-
Bancos - conta corrente	1	2
Total	1	2

b) Consolidado

	30/06/2013	31/12/2012
Caixa	4	5
Bancos - conta corrente	1.017	340
Total	1.021	345

NOTA 05 - CLIENTES – CONSOLIDADO

	30/06/2013	31/12/2012
Mercado interno	10.918	12.884
Mercado externo	27.034	25.696
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.276)	(1.847)
Subtotal	35.676	36.733
(-) Faturamentos antecipados	(2.904)	(4.106)
(-) Adiantamentos de clientes	(10.352)	(6.343)
(-) Títulos descontados	(1.014)	(1.261)
Clientes a receber, líquido.	21.406	25.023

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas têm como procedimento analisar seus títulos vencidos mensalmente, adotando critérios de provisionamento compatíveis com as práticas contábeis e em consonância com as regras fiscais. Os saldos de Saques Negociados, Faturamento Antecipado e títulos descontados foram reclassificados para o passivo circulante em atendimento às normas internacionais de contabilidade.

NOTA 06 - ESTOQUES - CONSOLIDADO

	30/06/2013	31/12/2012
Produtos prontos	4.482	3.470
Produtos em elaboração	2.933	3.345
Matérias Primas	790	798
Materiais de embalagem	1.611	1.463
Materiais de manutenção	1.146	1.091
Subtotal	10.962	10.167
Custo de entrega - CPC 30 - Receitas	2.113	4.714
Total	13.075	14.881

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência.

Através da adoção da Deliberação CVM nº 597/09, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos postergou o reconhecimento de receitas para o momento em que os requisitos da referida deliberação sejam atendidos. Em consequência disto, fora reconhecido em estoque nos períodos encerrados em 30/06/2013 e 31/12/2012 o custo vinculado a estas receitas, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

NOTA 07 - IMPOSTOS A RECUPERAR - CONSOLIDADO

Circulante	30/06/2013	31/12/2012
IRRF a recuperar	1	-
IRPJ a recuperar	576	565
CSLL a recuperar	209	203
PIS e COFINS a recuperar	268	1.837
ICMS a recuperar	5.424	7.469
ICMS a recuperar - Imobilizado	1.512	1.191
Crédito de Exportação (Reintegra)	59	80
Total	8.049	11.345

Notas Explicativas

Não Circulante	Ref.	30/06/2013	31/12/2012
IRPJ s/Prejuízos Fiscais a Recuperar	b)	27.214	27.214
CSLL s/ Prejuízos Fiscais a Recuperar	b)	9.954	9.954
PIS e COFINS a recuperar		-	107
ICMS a Recuperar - Imobilizado		280	406
Crédito Prêmio IPI s/ Exportações	a)	12.806	12.561
Total		50.254	50.242

a) Crédito Prêmio IPI

Refere-se ao crédito sobre exportações resultante dos registros das competências, outubro de 1982 a outubro de 1990, deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido

Conforme determina a Deliberação 599/09 da CVM, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, reconheceu créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social diferidos, calculados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, provisões temporariamente não dedutíveis e valores temporariamente não tributáveis.

A seguir apresentamos a movimentação dos tributos diferidos oriundos do saldo de prejuízo fiscal e base negativa:

	Prejuízo Fiscal	Base Negativa de CSLL	IRPJ Diferido	CSLL Diferido
Saldo em 31/12/2012	100.629	102.372	25.157	9.213
(+) Adições	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2013	100.629	102.372	25.157	9.213

A seguir apresentamos a movimentação dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias:

	Provisão para Contingências	IRPJ Diferido	CSLL Diferido
Saldo em 31/12/2012	8.226	2.057	741
Constituição de Provisões	-	-	-
Saldo em 30/06/2013	8.226	2.057	741

A seguir apresentamos o resumo geral dos tributos diferidos:

	30/06/2013	31/12/2012
IRPJ sobre prejuízos fiscais	25.157	25.157
IRPJ sobre diferenças temporárias	2.057	2.057
Total	27.214	27.214

Notas Explicativas



	30/06/2013	31/12/2012
CSLL sobre base negativa	9.213	9.213
CSLL sobre diferenças temporárias	741	741
Total	9.954	9.954

Conforme as projeções de resultados realizadas pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, os saldos remanescentes de Imposto de Renda e de Contribuição Social diferidos serão utilizados com lucros tributáveis.

NOTA 08 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Em 30/06/2013 a Companhia é controladora das seguintes Empresas:

Descrição	Valepar S/A	Sulaves S/A	Total
% participação direta	99,985654%	99,998682%	
Saldo do investimento em 31/12/2012	-	-	-
- Reversão Provisão para Perdas	(138.871)	(50.197)	(189.068)
+/- Equivalencia Patrimonial	(8.974)	(3.263)	(12.237)
+/- Variação Reflexa sobre variações patrimoniais	(6.413)	(2.329)	(8.742)
+ Provisão para Perdas	154.258	55.789	210.047
Saldo do investimento em 30/06/2013	-	-	-

NOTA 09 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possuía em 30 de junho de 2013 os seguintes saldos de imobilizado e intangível distribuídos da seguinte forma:

Grupos	Taxa Depreciação % a.a.	30/06/2013			31/12/2012
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Computadores e periféricos	33,33%	567	(389)	178	514
Maquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	69.474	(29.594)	39.880	42.775
Moveis e utensílios	8,33%	4.503	(1.482)	3.021	4.690
Veículos	20,00%	562	(369)	193	383
Terrenos	0,00%	21.638	-	21.638	21.656
Prédios	2,50%	59.775	(6.866)	52.909	59.246
Imobilizações em andamento	-	781	-	781	544
Outros	0,00%	13	(8)	5	6
Subtotal imobilizado		157.313	(38.708)	118.605	129.814
Intangível		289	(108)	181	181
Total		157.602	(38.816)	118.786	129.995

Notas Explicativas

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

A movimentação do imobilizado apresenta-se da seguinte forma:

Grupos	Saldo em 31/12/2012	Adições	Depreciações	Transferências	Ajustes (Nota 28)	Saldo em 30/06/2013
Computadores e periféricos	514	20	(66)	55	(345)	178
Maquinas e equipamentos	42.775	339	(1.517)	3.891	(5.608)	39.880
Moveis e utensílios	4.690	51	(97)	174	(1.797)	3.021
Veículos	383	41	(50)	25	(206)	193
Terrenos	21.656	-	-	(19)	1	21.638
Prédios	59.246	83	(1.493)	(4.126)	(801)	52.909
Imobilizações em andamento	544	237	-	-	-	781
Outros	6	-	-	-	(1)	5
Subtotal imobilizado	129.814	771	(3.223)	-	(8.757)	118.605
Intangível	181	-	-			181
Total	129.995	771	(3.223)	-	(8.757)	118.786

A depreciação do ativo imobilizado foi distribuída nas seguintes contas:

	30/06/2013	30/06/2012
Custo dos produtos e serviços vendidos	3.117	3.175
Despesas administrativas	99	89
Despesas com vendas	7	7
Total	3.223	3.271

Em 30/06/2013, há um total de R\$ 206, relativo a bens adquiridos através de leasing financeiro, conforme apresentamos a seguir:

Grupo	Bem	Prazo	Valor
Veículos	Veículos de Passeio	36 meses	206

NOTA 10 - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – CONSOLIDADO

Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	30/06/2013	
				Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A - ACC		USD + 6% a.a.	Ago/13 a nov/13	4.040	-
Banrisul S/A - ACE		USD + 6% a.a.	set/13	2.900	-
Banco Daycoval S/A - ACC		USD + 7% a.a.	jun/13	465	-
Banrisul S/A - CCI	a)	CDI+6,17%a.a.	dez/13	1.609	-
Acordos Bancários	c)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	474	4.270
Arrendamento Mercantil		-	jul/13	88	19
Banrisul - Consórcio		-	-	18	25
Badesul S/A - Reaver	d)	TJLP+6,5% a.a.	mai/05	1.995	4.987
Limites de Crédito		-	-	1.014	-

Notas Explicativas

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Totais		12.603	9.301
---------------	--	---------------	--------------

				31/12/2012	
Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A - ACC		USD + 6% a.a.	Jun/13 a ago/13	4.107	-
Banrisul S/A - ACE		USD + 6% a.a.	abr/13	760	-
Banco Daycoval S/A - ACC		USD + 7% a.a.	jun/13	676	-
Banco Sofisa S/A - ACC		USD + 6,5% a.a.	mar/13	925	-
Banrisul S/A - CCI	a)	CDI+6,17%a.a.	dez/13	3.243	-
Banco Topazio S/A - Giro	b)	CDI+2,15%a.m.	set/13	904	-
Banco Sofisa S/A - ACE		USD + 6% a.a.	abr/13	1.166	-
Acordos Bancários	c)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	492	4.427
Arrendamento Mercantil		-	jul/13	77	26
Banrisul - Consórcio		-	-	15	31
Badesul S/A - Reaver	d)	TJLP+6,5% a.a.	Jun/16	1.656	5.217
Limites de Crédito		-	-	1.254	-
Totais				15.275	9.701

Legenda:

- a) Operação com garantia de duplicatas e aval de sócios dirigentes;
- b) Operação com garantia de duplicatas e imóvel particular de sócios dirigentes;
- c) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0. O acordo firmado trouxe uma redução no passivo repactuado na ordem de R\$ 4.581 mil, ficando o saldo devedor restante renegociado para pagamento até o ano de 2021.
- d) A operação Reaver (Caixa/RS) possui juros de 6,5% ao ano mais a variação da TJLP e multas por inadimplência. A mesma está garantida por garantias reais (hipoteca de imóveis) e avais dos administradores.

NOTA 11 - FORNECEDORES – CONSOLIDADO

	30/06/2013	31/12/2012
Fornecedores Nacionais	25.443	33.127
(-) AVP - Fornecedores	(40)	(246)
Total	25.403	32.881

Os saldos de fornecedores foram trazidos a valor presente pela controlada Companhia Minuano de Alimentos, conforme determina a Deliberação CVM nº 564/08, através do arbitramento de uma

Notas Explicativas

taxa média de 2,38% ao mês para o segundo trimestre de 2013 e de 1,37% ao mês para o ano de 2012.

NOTA 12 - FORNECEDORES DE ATIVO FIXO - CONSOLIDADO

Os fornecedores de ativo fixo referem-se a recursos contratados com terceiros para investimentos em ativos fixos, com as seguintes características e condições:

Encargos	30/06/2013	31/12/2012
CDI	2.035	1.968
Total	2.035	1.968

NOTA 13 - SALÁRIOS A PAGAR E PROVISÕES**a) Controladora**

	30/06/2013	31/12/2012
Pró-labore a pagar	245	94
Outras obrigações a pagar	-	8
Total	245	102

b) Consolidado

	30/06/2013	31/12/2012
Provisão de férias/13º Sal	7.920	5.808
Salários / Pró-labore a pagar	2.083	1.584
Rescisões a pagar	75	11
Outras obrigações a pagar	462	1.091
Total	10.540	8.494

NOTA 14 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**a) Circulante – Controladora**

	30/06/2013	31/12/2012
Impostos retidos sobre serviços	121	150
IRRF a recolher	378	400
INSS a recolher	29	27
FGTS a recolher	29	-

Notas Explicativas



Subtotal	557	577
Parcelamento Lei 11.941/2009	123	122
INSS	63	65
Subtotal	186	187
Total	743	764

b) Circulante – Consolidado

	30/06/2013	31/12/2012
ICMS a recolher	1.667	1.739
Impostos retidos sobre serviços	1.064	647
IRRF a recolher	564	662
IRPJ/CSLL a Recolher – Antecipação	958	957
FGTS a recolher	343	177
INSS a recolher	24.196	17.113
PIS e COFINS a recolher	1.502	1
Funrural a recolher	68	-
Outras contribuições s/ folha de pagamento	1.014	942
Outras contribuições a recolher	-	358
Subtotal	31.376	22.596
Parcelamento Lei 11.941/2009	253.885	249.115
ICMS – RS	30	29
ICMS - SP	1.843	500
ICMS – SC	972	839
FGTS	894	666
SESI/SENAI	339	336
IPTU	96	42
INSS	612	469
Subtotal	258.671	251.996
Total	290.047	274.592

c) Não Circulante – Controladora

	30/06/2013	31/12/2012
Parcelamento Lei 11.941/2009	394	448
INSS	136	171
Total	530	619

d) Não Circulante – Consolidado

	30/06/2013	31/12/2012
Parcelamento Lei 11.941/2009	394	448
ICMS - RS	98	111
ICMS - SP	635	1.997

Notas Explicativas

ICMS - SC	4.240	4.612
FGTS	7.780	7.994
SESI/SENAI	1.189	847
INSS	954	1.189
Total	15.290	17.198

NOTA 15 - IMPOSTOS DIFERIDOS - CONSOLIDADO**a) Circulante**

	30/06/2013	31/12/2012
IRPJ diferido s/custo atribuído	334	334
CSLL diferido s/custo atribuído	120	120
Total	454	454

b) Não Circulante

	30/06/2013	31/12/2012
IRPJ diferido s/custo atribuído	14.912	15.051
CSLL diferido s/custo atribuído	5.368	5.418
Total	20.280	20.469

NOTA 16 - PARTES RELACIONADAS**a) Remuneração dos Administradores**

A Companhia fixou em até R\$ 700 mil reais a remuneração global anual de seus administradores em AGO/E realizada em 26 de abril de 2013. A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos fixou em até R\$ 600 mil reais a remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2013 conforme AGO realizada em 26 de abril de 2013. No quadro abaixo, segue a apresentação da remuneração da administração, líquida de encargos (INSS e IRRF) aberto por controladora e consolidado, percebido durante o segundo trimestre de 2013.

	Controladora	Consolidado
Conselho de Administração	48	48
Diretoria Executiva	9	122

As Controladas diretas (Valepar S/A e Sulaves S/A) não remuneraram seus administradores no ano de 2013.

Notas Explicativas

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

b) Operações de mútuo - Consolidado

Ativo Circulante	30/06/2013	31/12/2012
Ind. Alimentos Arroio do Meio S/A	15.311	14.751
Le Monde Particip e Adm Ltda	3	3
Subtotal	15.314	14.754
Ativo Não Circulante		
Agostinho Carrer Partic. Ltda	10.934	10.780
SSJ Participações e Represent. Ltda	243	243
Verema Networking Assessoria Ltda	1.100	
Acionistas e Outros	315	294
Subtotal	12.592	11.317
Total	27.906	26.071

Passivo Não Circulante	30/06/2013	31/12/2012
Ind. Alimentos Arroio do Meio S/A	15.389	13.775
Le Monde Particip e Adm Ltda	170	0
SSJ Participações e Represent. Ltda	1.695	1.695
Adverstreet	26	70
Serra do Roncador Part. Ltda	26.539	20.218
Acionistas e Outros	6.801	7.075
Total	50.620	42.833

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas. Os juros praticados nas operações estão dentro das remunerações praticadas pelo mercado.

NOTA 17 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - CONSOLIDADO

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis, trabalhistas e de outras naturezas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos. Ao final do trimestre se apresentavam as seguintes provisões para contingências e correspondentes depósitos judiciais:

	Provisão para Contingencia				Depósitos Judiciais			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo em 31/12/2012	2.206	5.739	281	8.226	1.390	310	1	1.701
+ Adições	-	-	-	-	433	-	-	433
(-) Baixas	(110)	-	-	(110)	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2013	2.096	5.739	281	8.116	1.823	310	1	2.134

Notas Explicativas

A Companhia e as suas controladas incluíram a maioria dos passivos tributários existentes em 2009 e 2010 nos parcelamentos advindos das Leis 11.941/09 e MP 470/09, convertida na Lei nº 12.249/10. Com a adesão à MP 470/09, a Companhia reconheceu a inexistência do Crédito Prêmio IPI – Exportação posterior a 5 de outubro de 1990. Por ocasião do reconhecimento do referido crédito, no exercício de 2006, a Companhia o ofereceu à tributação pelo IRPJ e CSLL, sendo os tributos extintos por compensação, com o mesmo crédito.

Contingências possíveis

Na avaliação dos assessores jurídicos, os processos considerados como de perda possível na companhia e em suas controladas totalizam R\$ 239.933 mil (R\$ 4.097 mil em 31/12/2012), distribuídos entre processos tributários, cíveis e trabalhistas.

NOTA 18 - CRÉDITO PRÊMIO DE IPI EXPORTAÇÃO

No ano de 2009, com a decisão do Superior Tribunal de Justiça limitando em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990 que estava registrado desde o exercício de 2006. O saldo de R\$ 12.806 mil no Ativo Não Circulante decorre da decisão da Companhia em limitar o crédito à decisão do STJ tendo por base parecer dos consultores jurídicos, entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STJ, está amparado em decisão judicial definitiva, pois já houve o transcurso do prazo para interposição de ação rescisória, bem como existem normativos legais vigentes à época que asseguram o direito da empresa, o que foi confirmado pelos autos do processo julgado favorável a Minuano. O recurso voluntário impetrado pela empresa em 29 de fevereiro de 2012 busca complementar o saldo ora registrado pela Companhia Minuano, não invalidando os registros já realizados.

Porém, considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, os débitos cuja compensação foi realizada com a utilização deste crédito foram objeto de dois parcelamentos: O parcelamento especial instituído pela lei 12.249/2010 – MP 470, e, pela Lei 11.941/2009.

Durante o ano de 2011 a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, através de seus assessores jurídicos, efetuou diversos recursos administrativos e judiciais, tendo obtido em maio de 2011, despacho decisório emitido pelo Delegado da Receita Federal de Santa Cruz do Sul, cancelando o Despacho Decisório e os Pareceres emitidos no ano de 2009 que indeferiam o pleito do pedido de Habilitação do Crédito, realizado no ano de 2006. A partir deste momento a Minuano

Notas Explicativas

administrativamente retomou a discussão quanto ao reconhecimento deste crédito. Em resposta, a Receita Federal do Brasil se manifestou no sentido de reconhecer o direito ao Incentivo Fiscal (Crédito Prêmio), com a definição da alíquota de 15% (quinze por cento), não se manifestando quanto ao período para fruição do referido crédito. Com base no posicionamento da Receita Federal do Brasil, a controlada, Companhia Minuano de Alimentos, ingressou com recurso voluntário junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), em 29 de fevereiro de 2012. Diante das disposições contidas na Deliberação CVM nº 594/2010, item 35, a Companhia e a controlada consideram que através das compensações já efetuadas, está parcialmente obtendo os benefícios econômicos decorrentes do direito assegurado judicialmente.

A controlada Companhia Minuano de Alimentos, procedeu às devidas atualizações pela SELIC e compensações do exercício corrente, remanescendo, em 30 de junho de 2013, um saldo de R\$ 12.806 mil (R\$ 12.561 mil em 31 de dezembro de 2012), registrados no ativo circulante e não circulante. A controlada, Companhia Minuano de Alimentos, utilizou por meio de compensações junto à Receita Federal do Brasil os seguintes montantes:

Período	Descrição	30/06/2013	31/12/2012
2000	Compensação com Tributos Federais	355	355
2001	Compensação com Tributos Federais	4.863	4.863
2002	Compensação com Tributos Federais	2.883	2.883
2004	Compensação com Tributos Federais	868	868
2005	Compensação com Tributos Federais	2.518	2.518
2006	Compensação com Tributos Federais	3.547	3.547
2007	Compensação com Tributos Federais	3.225	3.225
2007	Compensação com INSS	-	-
2008	Compensação com Tributos Federais	2.799	2.799
2009	Compensação com Tributos Federais	607	607
2009	Compensação com INSS	1.112	1.112
2010	Compensação com Tributos Federais	3.879	3.879
2010	Compensação com INSS	14.960	14.960
2011	Compensação com INSS	4.312	4.312
2011	Compensação com Tributos Federais	517	517
	Total	46.445	46.445

Notas Explicativas**NOTA 19 - PROGRAMAS DE PARCELAMENTOS FISCAIS - CONSOLIDADO****a) Medida Provisória nº 470/09**

A controlada, Companhia Minuano de Alimentos, formalizou em 30 de novembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na Medida Provisória nº 470/2009, convertida na Lei nº 12.249/09. Este programa permitiu a liquidação de multas, juros e montantes de “principal” dos tributos, com benefícios de até 100% nas multas e 90% nos juros e o restante com créditos tributários de IR e CSLL decorrentes de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL, em montante aproximado de R\$ 61 milhões. Em 30 de outubro de 2012, a Receita Federal do Brasil indicou inconsistências nos saldos de prejuízos fiscais apresentados pela Companhia Minuano de Alimentos. Tais alegações de inconsistências foram objeto de Ação Administrativa protocolada em 29 de novembro de 2012. Além disso, a controlada impetrou em 27 de fevereiro de 2013 Mandado de Segurança tombado sob o nº 5000806-42.2013.404.7114 para salvaguardar os efeitos da adesão ocorrida em 2009. No quadro abaixo, segue a apresentação dos saldos decorrentes deste parcelamento.

MP 470/09	30/06/2013
Passivo tributário objeto da MP 470/2010	61.896
(-) Reduções da MP 470/2010	(24.213)
(-) Montante utilizado do Prejuízo Fiscal	(37.683)
Total	-

b) Lei nº 11.941/09

A Companhia e a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos formalizaram em 21 de setembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previsto na Lei nº 11.941/09, requerendo em caráter definitivo a exclusão de parcelamentos anteriores a esta Lei, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados à época da adesão. Durante o ano de 2010 novos valores foram objeto de requerimento ao mencionado parcelamento, tendo da mesma forma os benefícios financeiros reconhecidos no ano da adesão.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia e a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos efetuaram a consolidação do saldo passível de adesão ao referido parcelamento, independente de parte deste valor ter sido objeto de pedido de parcelamento dentro da modalidade prevista na MP 470/2009 (Convertida pela Lei 12.249/2010), sendo que desta consolidação restaram divergências em relação aos saldos registrados na contabilidade, conforme será apresentado em parágrafo

Notas Explicativas

específico na sequência. Contudo, diante do Despacho Decisório DRF/SCS nº 168, de 19/05/2011, a Receita Federal do Brasil revogou o Despacho decisório DRF/SCS/Saort nº 272, de 04/09/2009 e o Parecer/DRF/SCS/RS/Saort nº 126, de 04/09/2009, e determinou a adoção de providências para apuração do benefício fiscal do crédito prêmio de IPI.

No quadro abaixo, seguem os montantes de débitos fiscais consolidados à época:

PARCELAMENTO LEI 11.941/2009	Saldos Consolidados
Passivo tributário objeto da Lei 11.941/2009	194.463
(-) Reduções da Lei 11.941/2010	(35.667)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(44.877)
(=) Valor dos passivos tributários após reduções e utilização do prejuízo fiscal	113.919

Incluso ao valor consolidado há valores de Imposto de Renda e de Contribuição Social apurados no ano de 2006, quando do reconhecimento do saldo de Crédito Prêmio que à época havia sido habilitado pela Receita Federal do Brasil em favor da controlada (vide nota 18). Os valores destes impostos estão sendo contestados pela controlada, uma vez que por ter havido o estorno do saldo de créditos apurados em períodos posteriores a outubro de 1990, pela interpretação da empresa em conjunto com seus assessores jurídicos, tal tributo não poderia ser objeto de cobrança por parte da Receita Federal. Em dezembro de 2011, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos ingressou judicialmente solicitando a interrupção da prescrição deste débito, evitando assim a homologação por decurso de prazo deste valor. O valor dos Passivos Tributários consolidados no Parcelamento Especial da Lei nº 11.941/09 foram pagos desde o momento da consolidação realizada em junho de 2011, desconsiderando os impostos objeto de discussão por parte da controlada, conforme comentado anteriormente. Porém, tal procedimento não é objeto de reconhecimento por parte da Receita Federal do Brasil, e, em 16 de janeiro de 2013, noticiou a empresa que os débitos informados no Parcelamento Especial da Lei 11.941/09 foram excluídos de tal modalidade de parcelamento. Tal exclusão está sendo objeto de análise por parte da controlada indireta Companhia Minuano que estará tomando as providências necessárias objetivando a reinclusão no referido parcelamento, bem como também efetivar a discussão na esfera judicial do saldo de Imposto de Renda e de Contribuição Social apurados no ano de 2006, quando do reconhecimento do saldo de Crédito Prêmio conforme já comentado anteriormente.

O saldo dos débitos informados no Parcelamento Especial da Lei 11.941/09 está sendo informado nas Demonstrações Contábeis seguindo o preceituado no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que orienta a necessidade de reconhecimento dos passivos no

Notas Explicativas

momento em que há uma obrigação presente (no caso os débitos), que seja resultante de um evento passado, os quais há uma expectativa de saída de recursos para o cumprimento da obrigação, e tal obrigação tenha condição de ser mensurada. O total de débitos vinculados ao Parcelamento Especial da Lei 11.941/09, devidamente atualizado é de R\$ 253.762 mil. Este saldo está reconhecido na rubrica “Impostos e Contribuições Sociais a Recolher” no Passivo Circulante, uma vez que a exclusão se deu por inadimplemento de pagamentos, já que a Receita Federal do Brasil não reconheceu os pagamentos parcialmente realizados pela controlada. Deste débito está deduzido o valor de R\$ 6.208 mil já pagos pela empresa, uma vez que tais valores devem ser deduzidos do saldo de débitos devidos.

Os débitos que foram consolidados no Parcelamento Especial da Lei 11.941/09, originalmente foram objeto de compensação com créditos decorrentes do Incentivo Fiscal (Crédito Premio de IPI), cujo detalhamento foi dado na Nota 18. Conforme os Assessores Legais da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, as probabilidades de êxito do recurso especial junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais são elevadas. Tal possibilidade de êxito fez com que a controlada efetuasse cálculos preliminares do valor de crédito decorrente do direito ao Incentivo Fiscal (Crédito Prêmio), à alíquota de 15% apurado sobre as exportações ocorridas do período de 1982 a outubro de 1990. O valor bruto apurado, pela Companhia Minuano de Alimentos, com base nos critérios da sentença transitada em julgado é de aproximadamente R\$ 205.174 mil. Considerando que o valor dos débitos objeto do Parcelamento Especial à época da compensação originalmente realizado é de R\$ 94.862 mil, após a decisão proferida pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a Companhia Minuano de Alimentos fará a composição dos saldos junto a Receita Federal do Brasil, o que poderá resultar, no final, em um saldo de créditos ainda a ser utilizados pela mesma.

NOTA 20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O Capital Social da Companhia, em 30 de junho de 2013, é de R\$ 120.108 mil representado por 710.010.000 (setecentos e dez milhões, e dez mil) ações ordinárias.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através dos CPC's aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia passou a possuir registrado em seu Patrimônio Líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

Notas Explicativas**c) Reserva Legal**

Quando aplicável, será constituída Reserva Legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Dividendos

De acordo com o Estatuto da Companhia, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em virtude do prejuízo apurado no trimestre, não serão distribuídos valores a título de dividendos.

e) Outros resultados abrangentes

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas (diretas e indiretas), ocorrida até o final do trimestre.

NOTA 21 - COBERTURA DE SEGUROS - CONSOLIDADO

A Companhia, e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	30/06/2013	31/12/2012
Incêndio, Raio e Explosão	38.800	35.000
Vendaval e Granizo	7.050	6.000
Desmoronamento, Danos Elétricos e Queda de Aeronaves	11.300	9.580
Lucros Cessantes	6.600	7.000
Estoques	1.000	1.000

Em 28/02/2013 foram renovadas todas as apólices de seguro da controlada indireta. No que se refere a cobertura de estoques, a mesma prevê como critério de indenização para mercadorias e matérias primas o valor de venda ou de produção, limitado ao que for menor.

NOTA 22 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão

Notas Explicativas

integralmente reconhecidas na contabilidade e estão contabilizadas pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da companhia, se limita a:

a) Risco de Crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato de a maioria dos recebíveis serem descontados através das linhas de descontos de títulos mantidas pela Companhia;

b) Risco de Preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

c) Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 46% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (*hedge*) de suas operações que estejam atreladas a dólar, por compreender que se trata de risco administrável;

d) Risco de Taxas de Juros: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possui instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em seu suas informações trimestrais.

NOTA 23 - CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA – CONSOLIDADO

	30/06/2013		
	Custo dos Produtos Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Administrativas
Matérias primas e Auxiliares de fabricação	39.145	-	-
Materiais de embalagem	5.248	-	-
Salários incorridos	17.630	318	1.597
Encargos sociais incorridos	4.026	83	332
Férias e 13º salário incorridos	4.322	73	269
Benefícios a empregados	4.098	48	123
Indenizações trabalhistas/Acordos judiciais	431	16	-
Equipamento de proteção individual	551	1	-
Serviços 3º/ Industrialização 3º	2.981	421	785
Manutenção Industrial/Predial/Elétrica	2.123	8	11
Energia elétrica	3.996	-	32

Notas Explicativas



Materiais de limpeza	159	3	23
Telefonia e transmissão de dados	60	56	49
Combustíveis e lubrificantes	1.047	32	34
Comissões sobre vendas	-	331	-
Viagens e estadias	50	39	32
Taxas e encargos legais	176	32	28
Armazenagem e movimentação de mercadorias	1	1.417	-
Fretes rodoviários e marítimos	1.303	5.443	13
Custos aduaneiros de exportação	8	1.358	-
Publicidade e propaganda	2	159	57
Análises laboratoriais	362	-	-
Provisões para contingências/PCLD	-	429	-
Honorários sucumbenciais	-	13	-
Depreciações	3.117	7	99
Locações/Aluguéis	321	-	13
Seguros	305	1	121
Outros gastos	121	38	697
Total	91.583	10.326	4.315

	30/06/2012		
	Custo dos Produtos Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Administrativas
Matérias primas e Auxiliares de fabricação	108.522	-	-
Materiais de embalagem	4.886	-	-
Salários incorridos	10.743	453	2.117
Encargos sociais incorridos	3.833	239	434
Férias e 13º salário incorridos	1.206	12	154
Benefícios a empregados	2.253	39	101
Indenizações trabalhistas/Acordos judiciais	261	-	4
Equipamento de proteção individual	280	7	1
Serviços 3º/ Industrialização 3º	11.893	1.083	3.486
Manutenção Industrial/Predial/Elétrica	1.293	22	28
Energia elétrica	2.689	-	51
Materiais de limpeza	236	-	7
Telefonia e transmissão de dados	61	55	71
Combustíveis e lubrificantes	676	54	31
Comissões sobre vendas	-	679	-
Viagens e estadias	65	89	342
Taxas e encargos legais	27	665	64
Armazenagem e movimentação de mercadorias	2	2.151	-
Fretes rodoviários e marítimos	1.823	11.624	-
Custos aduaneiros de exportação	-	680	-
Publicidade e propaganda	-	39	153
Análises laboratoriais	144	10	-
Provisões para contingências/PCLD	-	596	-
Honorários sucumbenciais	98	-	24

Notas Explicativas



Depreciações	3.175	7	89
Locações/Aluguéis	403	-	-
Abatimentos concedidos sobre vendas	6	233	-
Seguros	170	4	114
Outros gastos	335	-	-
Total	155.080	18.741	7.271

NOTA 24 - OUTRAS RECEITAS / OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS – CONSOLIDADO

	30/06/2013	30/06/2012
Encargos incorridos em passivos fiscais	(597)	(1.322)
Despesas gerais incorridas	(4.157)	(665)
Reversão de Créditos Tributários	(33)	(185)
Encargos Parcelamento FGTS	(363)	(4.112)
Outras Despesas Operacionais	(5.150)	(6.284)
Créditos tributários	192	224
Receitas gerais auferidas	568	1.249
Receita de venda de imobilizado	7	-
Redução de Passivos Fiscais	-	1
Outras Receitas Operacionais	767	1.474
Resultado, líquido	(4.383)	(4.810)

NOTA 25 - RESULTADO FINANCEIRO – CONSOLIDADO

	30/06/2013	30/06/2012
Variações cambiais ativas	3.513	7.432
Descontos financeiros obtidos	281	146
Juros ativos sobre impostos	265	353
Outras receitas financeiras	278	10
Receitas financeiras	4.337	7.941
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.166)	(1.640)
Juros sobre compra a prazo de fornecedores	(1.492)	(1.301)
Variações cambiais passivas	(2.778)	(5.099)
Variações monetárias passivas de parcelamentos fiscais	(4.782)	(258)
Descontos financeiros concedidos	(351)	(347)
Deságios na transferência de créditos tributários	(184)	(23)
Juros incidentes sobre operações com partes relacionadas	(2.694)	(883)
Despesas decorrentes de parcelamentos fiscais	(2.117)	(546)
Despesas decorrentes de operações financeiras	(2.092)	(1.313)

Notas Explicativas

Outras despesas financeiras	(264)	(208)
Despesas Financeiras	(17.920)	(11.618)
Resultado financeiro, líquido	(13.583)	(3.677)

NOTA 26 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO – CONSOLIDADO

A companhia, através de suas controladas, atua em três segmentos distintos, a saber:

a) Serviços de industrialização: Neste segmento estão apresentados os resultados obtidos com a prestação de serviços de industrialização a terceiros através das unidades de abate e desossa de aves, produção de rações, criação de matrizes e incubatório de ovos mantidos pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

b) Embutidos e Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados auferidos na industrialização e comercialização de embutidos (salsichas, mortadelas, fiambres, preparados de carnes);

c) Frigorífico: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes da comercialização dos produtos (frangos inteiros e cortes) resultantes do abate e desossa de aves através de integração própria da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos;

No quadro abaixo, são apresentados os resultados por segmento de atuação da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos:

	Serviços de Industrialização		Embutidos e Industrializados (Carnes e Ovos)		Frigorífico - Abate e Industrialização Aves		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	44.827	39.269	27.917	29.559	51.289	105.044	-	-	124.033	173.872
Impostos e devoluções	(3.778)	(3.443)	(4.707)	(3.908)	(4.054)	(4.972)	-	-	(12.539)	(12.325)
RECEITA LÍQUIDA	41.049	35.826	23.210	25.651	47.235	100.072	-	-	111.494	161.546
(-) Custo dos produtos e serviços vendidos	(32.419)	(33.417)	(18.989)	(24.500)	(40.175)	(97.161)	-	-	(91.583)	(155.079)
LUCRO BRUTO	8.630	2.409	4.221	1.151	7.060	2.911	-	-	19.911	6.467
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS										
Despesas administrativas	-	-	-	-	-	-	(4.315)	(7.271)	(4.315)	(7.271)
Despesas com vendas	-	-	(3.598)	(4.116)	(6.728)	(14.627)	-	-	(10.326)	(18.742)
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	-	-	-	767	1.474	767	1.474
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	-	-	-	(5.150)	(6.284)	(5.150)	(6.284)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	8.630	2.409	624	(2.965)	332	(11.716)	(8.698)	(12.081)	887	(24.356)
Despesas financeiras	-	-	-	-	-	-	(17.920)	(11.618)	(17.920)	(11.618)
Receitas financeiras	-	-	-	-	-	-	4.337	7.941	4.337	7.941
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	8.630	2.409	624	(2.965)	332	(11.716)	(22.281)	(15.758)	(12.696)	(28.033)
Provisão para IRPJ e CSSL – Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para IRPJ e CSSL – Diferido	-	-	-	-	-	-	-	5.041	-	5.041
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.630	2.409	624	(2.965)	332	(11.716)	(22.281)	(10.717)	(12.696)	(22.992)
Atribuído a Acionistas não Controladores									(12)	(32)
Atribuído a Acionistas Controladores									(12.684)	(22.960)

Notas Explicativas**NOTA 27 - RESULTADOS POR AÇÃO - CONSOLIDADO**

Em atendimento ao CPC 31 (IAS 33) aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o trimestre findo em 30 de junho de 2013.

a) Movimentação do número de ações:

Quantidade de Ações em 31/12/2012	710.010.000
+ Subscrições ocorridas em 2013	-
Quantidade de Ações em 30/06/2013	710.010.000

b) Resultado por ação (em milhares de reais)

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do prejuízo básico e diluído por ação.

Quantidade de Ações em 30/06/2013	710.010
Resultado do exercício	(12.696)
Resultado por ação básico e diluído	(0,02)

NOTA 28 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No segundo trimestre de 2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos concluiu a adequação de seus registros contábeis do Ativo Imobilizado aos valores constantes no registro patrimonial da controlada. Em 2011 a controlada iniciou estes procedimentos de adequação que resultaram no registro de R\$ 8.742 mil, no segundo trimestre de 2013, no Patrimônio Líquido consolidado (R\$ 8.757 mil, no Patrimônio Líquido da controlada (Nota 09)).

O reconhecimento dos referidos ajustes atende o que preconiza o § 1º artigo 186 da Lei 6.404/76 e suas alterações, tendo em vista estes serem imputáveis a exercícios anteriores, e que não podem ser atribuídos a fatos subsequentes.

Diretoria Executiva:

Ernani Catalani Filho

Ângela de Souza

Diretor Presidente

Diretora de Relações com
Investidores**Controladoria**

Marcos Antônio Costa de Almeida

Gerente de Controladoria

CRC/RS 068539/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos
Diretores e Acionistas da
Minupar Participações S.A. "Companhia"
Lajeado - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. "Companhia", contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado para o período de seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 3.1.2, as informações contábeis intermediárias individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. "Companhia", essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

A controlada Companhia Minuano de Alimentos possui registrado no Ativo o montante de R\$ 38.189 mil, referente a crédito tributário decorrente de trânsito em julgado de ação judicial do IPI (crédito prêmio exportação), sobre o qual decorrem os seguintes fatos: a) apesar do direito ao crédito já ter sido reconhecido formalmente pelo fisco, em 04/09/2009 a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Santa Cruz do Sul/RS, emitiu o PARECER/DRF/SCS/RS/Saort nº126/2009 revogando o Pedido de Habilitação do Crédito. Contudo, os assessores jurídicos entendem que a sentença transitada em julgado e as correspondentes legislações vigentes asseguram o direito líquido e certo da Companhia de usufruir o benefício fiscal (nota 18); b) A Controlada utilizou parcela do referido crédito tributário no pagamento integral, mediante compensação, de débitos tributários de R\$ 25.383. Assim sendo, a Administração, seguindo orientação de seus consultores jurídicos, impetrou ação judicial e administrativa visando garantir o direito a compensação dos referidos tributos; c) Em 19/05/2011 a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Santa Cruz do Sul/RS, emitiu o Despacho Decisório DRF/SCS nº 168, de 19 de maio de 2011, através do qual revogou o Despacho decisório DRF/SCS/Saort nº 272, de 04/09/2009 e o Parecer/DRF/SCS/RS/Saort nº 126, de 04/09/2009 e determinou a adoção de providências para apuração do respectivo benefício fiscal, o que levou a controlada a requerer o restabelecimento da habilitação do crédito tributário constante no respectivo processo administrativo.

Como consequência do assunto acima mencionado, as informações contábeis intermediárias foram elaboradas no pressuposto da manutenção do direito obtido judicialmente, e não contemplam quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos ou passivos que possam ser requeridos em decorrência do citado Despacho Decisório DRF/SCS nº 168/2011 e da solicitação de restabelecimento da habilitação do crédito tributário.

Em 2009, a Companhia e suas controladas optaram em incluir parte do passivo tributário no parcelamento previsto na Medida Provisória 470/2009, convertida na Lei nº 12.249/10, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos na nova modalidade de parcelamento encontra-se pendente de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva do referido débito fiscal.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30/06/2013 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, geração de caixa e no sucesso do programa de saneamento implementado pelas empresas, bem como, na manutenção do parcelamento previsto na Medida Provisória 470/2009, convertida na Lei nº 12.249/10. As informações contábeis intermediárias não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia ou de suas controladas continuarem operando.

Em 30 de novembro de 2007 a controlada Frigumz Alimentos S.A. (concordatária) incorporou Cia. Minuano de Alimentos, passando a adotar a razão social desta. Em 15 de janeiro de 2013 foram juntados ao processo os documentos para comprovação da regularidade fiscal da Companhia Minuano de Alimentos. Entretanto, ainda encontra-se pendente o deferimento judicial de declaração de cumprimento da concordata preventiva. Assim sendo, as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2013 não incluem quaisquer ajustes decorrentes deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao trimestre anterior

As Informações Trimestrais – ITR relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2012 foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão limitada datado de 06 de agosto de 2012, contendo ressalvas quanto a: i) existência de divergência de R\$ 62.461 mil entre o montante do parcelamento da Lei nº 11.941/2009 consolidado pela Receita Federal do Brasil e os respectivos registros contábeis da controlada Companhia Minuano de Alimentos; ii) quanto a apuração de ICMS, da controlada Companhia Minuano de Alimentos, decorrente de aquisição de bens do imobilizado, pois o sistema fiscal não estava parametrizado adequadamente para fins de apropriação mensal do referido crédito de ICMS; e iii) ao registro contábil, pela controlada Companhia Minuano de Alimentos, da despesa de depreciação/amortização, estando, tais registros determinados em bases estimadas e não com base no custo efetivo dos bens de imobilizado, bem como, as mesmas ênfases acima mencionadas, excetuada a última.

Porto Alegre (RS), 02 de agosto de 2013

MICHELON & CIA. AUDITORES E CONSULTORES
CRC-RS nº 4.626

Vicente Michelin
CRC/RS 052365/O-8
Sócio Responsável

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 30 DE JUNHO DE 2013

Para fins dos disposto nos incisos V e VI dos artigo 25 Instrução da CVM nº 480/09, os Diretores da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A, abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2013.

Lajeado, 02 de agosto de 2013.

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A

Ernani Catalani Filho
Diretor Presidente
CPF: 046.823.318-09

Ângela de Souza
Diretora de Relações com Investidores
CPF: 966.782.750-04

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 30 DE JUNHO DE 2013

Para fins dos disposto nos incisos V e VI dos artigo 25 Instrução da CVM nº 480/09, os Diretores da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A, abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos Auditores Independentes emitido pela Michelin e Cia Auditores e Consultores S/S, relativo às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2013.

Lajeado, 02 de agosto de 2013.

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A

Ernani Catalani Filho
Diretor Presidente
CPF: 046.823.318-09

Ângela de Souza
Diretora de Relações com Investidores
CPF: 966.782.750-04